

Limites e articulações entre as modalidades e o
mediativo como marcadores da responsabilidade
enunciativa em texto acadêmico *

*Limits and articulations between modalities and mediative
as markers of utterance responsibility in academic text*

Cleide Alane Dantas Balbino **

Jorge Luis Queiroz Carvalho

Maria Eliete de Queiroz

Rosângela Alves dos Santos Bernardino

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, P. Ferros,

Rio Grande do Norte, Brasil

Resumo: Este artigo objetiva identificar e descrever os marcadores da responsabilidade enunciativa em texto acadêmico por meio do exame das categorias das *modalidades* e *mediativo*. A abordagem teórico-metodológica que seguimos tem por base os postulados da Análise Textual dos Discursos (ATD), de acordo com as considerações de Adam (2011). Nossas discussões e embasamentos teóricos também se pautam nos estudos de Rabatel (2009), sobre a responsabilidade enunciativa; Campos (2004) e Castilho & Castilho (2002), acerca da categoria das modalidades, Guentchéva (1994), a respeito da categoria do mediativo, e Neves (2012), que promove uma discussão que articula ambas as categorias.

* Este artigo toma como base os resultados de estudos que realizamos em duas pesquisas vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UERN, das cotas 2011-2012 e 2012-2013).

** Todos os pesquisadores são da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, P. Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil; alanne19@hotmail.com, jorge_carvalho15@hotmail.com, angelalves2003@hotmail.com, eliete_queiroz@yahoo.com.br

A análise mostrou que os locutores-enunciadores (L1/E1) mantêm seus pontos de vista sob a dependência do ponto de vista de enunciadores segundos (e2). Também observamos que L1/E1 expressa diferentes graus de engajamento em relação às informações relatadas, assumindo ou imputando a responsabilidade enunciativa.

Palavras-chave: responsabilidade enunciativa, modalidade, mediativo, texto acadêmico.

Abstract: In this work we aim to identify and describe the markers of utterance responsibility in academic texts through *modality* and *mediative*. The theoretical and methodological approach we follow is based on textual analysis of discourses postulates according to Adam (2011). Our theoretical background is also based on Rabatel (2009) studies on the utterance responsibility; Campos (2004) and Castilho & Castilho (2002) on the category of modalities, Guentchéva (1994) regarding the meditative category, and Neves (2012), which promotes a discussion that articulates both categories. The analysis showed that speakers-utterers (S1/U1) base their points of view on the second utterer's points of view (U2). We also observed that S1/U1 expressed different degrees of engagement in relation to the information reported, assuming or imputing the utterance responsibility.

Keywords: Utterance responsibility, modality, mediative, academic text.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais os gêneros discursivos produzidos na esfera acadêmica têm despertado interesse de pesquisadores vinculados a abordagens teóricas de cunho textual e/ou discursivo. Rodrigues (2003) e Matêncio (1997) são apenas alguns exemplos de pesquisadores que tomaram textos acadêmicos como objeto de análise. Nesses trabalhos, os pesquisadores preocupam-se, respectivamente, com os modos pelos quais os estudantes de graduação constroem sentidos através da articulação entre títulos e parágrafos e como realizam atividades de retextualização em textos acadêmicos. Pesquisas sobre aspectos relacionados à produção textual na universidade, desse modo, são variadas e os enfoques de investigação são muito amplos.

Nessa área, também podemos mencionar o estudo dos modos de constituição da responsabilidade enunciativa que tem sido recorrente em debates de

eventos e publicações acadêmicas no Brasil e no exterior. Citemos, por exemplo, o trabalho de Rodrigues (2010), em que a autora investiga, entre outros pontos, a quem é creditada a responsabilidade pelos dizeres mobilizados em diferentes textos acadêmicos, procurando examinar que marcas linguísticas identificam as diferentes vozes nos enunciados e como se materializam as fronteiras linguísticas que demarcam as vozes do discurso citante e do discurso citado. Fernandes (2012), em sua dissertação de mestrado, estuda os modos pelos quais o produtor do artigo científico assume as vozes materializadas e como organiza o discurso no que se refere à responsabilidade enunciativa, além de descrever as zonas textuais que apresentam pontos de vista anônimos.

No exterior, podemos mencionar trabalhos desenvolvidos por autores como Fløttum (2009), ligado ao grupo escandinavo dedicado ao estudo da polifonia linguística (ScaPoLine), que investiga a contribuição da teoria polifônica na caracterização das vozes em textos acadêmicos. Fløttum, Dahl & Kinn (2006) estudam, entre outros aspectos, como as vozes de pesquisadores são refletidas e como os autores apresentam e promovem suas próprias pesquisas através de uma perspectiva polifônica. Rabatel (2010), na França, investiga, através do exame de operações de reformulação decorrentes da relação entre textos e esquemas, os posicionamentos enunciativos que constroem figuras de autoria científica e/ou figuras de vulgarizador do conhecimento científico em textos de um pesquisador especialista e de alto prestígio acadêmico.

As diferentes pesquisas mencionadas ressaltam o destaque que essa temática vem despertando desde a última década e sua aplicabilidade nas questões relacionadas à produção de textos acadêmicos. Dado nosso interesse em contribuir com essa discussão, o trabalho aqui apresentado objetiva observar as estratégias de materialização da (não) assunção da responsabilidade enunciativa em monografias de conclusão de curso. Consideramos que a responsabilidade enunciativa é “susceptível de ser marcada por um grande número de unidades da língua” (Adam, 2011, p.117) e, nesse sentido, trabalharemos com duas categorias que permitem o estudo desse fenômeno, a saber: a categoria dos modalizadores e as indicações de quadros mediadores (ou mediativo). Pretendemos em nossa análise lançar um olhar sobre ambas no texto acadêmico, procurando: a) identificar, descrever e interpretar de que modo essas categorias atuam como marcadores da responsabilidade enunciativa e b) verificar de que modo o produtor do texto monográfico se posiciona em relação ao coletivo de vozes alheias que nele permeiam.

Essa pesquisa caracteriza-se como documental, uma vez que propõe o estudo de textos empíricos que não foram submetidos a tratamento analítico. Seguiremos uma abordagem qualitativa de base interpretativa e filiamo-nos aos procedimentos teórico-metodológicos da ATD. O *corpus* para análise é composto de 10

seções teóricas de monografias de conclusão de curso de Letras de uma universidade estadual e faz parte do banco de dados da pesquisa “A dimensão da responsabilidade enunciativa na construção da autoria em texto monográfico”, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UERN). Entre outros autores, seguimos os postulados de Adam (2011), acerca da ATD, e de Rabatel (2009), sobre a responsabilidade enunciativa. Também buscamos respaldo teórico nas discussões de Campos (2004) e Castilho & Castilho (2002), sobre a categoria das modalidades, de Guentchéva (1994), sobre a categoria do mediativo, e de Neves (2012), sobre a articulação entre essas duas categorias.

Nosso artigo será estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, fazemos uma discussão teórica acerca do campo teórico da ATD e sobre a responsabilidade enunciativa, dando ênfase às categorias das modalidades e do mediativo; na sequência, apresentamos a análise dos dados e, por fim, a conclusão, na qual retomamos os principais pontos de nosso trabalho, fazendo uma síntese interpretativa.

2 APORTE TEÓRICO

2.1 A Análise Textual dos Discursos (ATD): abordagem teórico-metodológica do texto

A ATD situa-se nos estudos da Linguística Textual (LT), desenvolvida por Adam (2011), como uma perspectiva teórica, metodológica e descritiva que concebe “o texto e o discurso em novas categorias” que se complementam e são condicionadas mutuamente (Adam, 2011, p. 24). Nessa perspectiva teórica, ocorre a interface entre as categorias da LT e da Análise de Discurso (AD)¹ delineada por Maingueneau e ao mesmo propõe um tipo de análise “emancipada da análise de discurso francesa (ADF)” (Ibidem, p. 43). Essa nova abordagem articula o campo textual e o discursivo, que é intermediado pelos gêneros enquanto ‘categorias descritivas’ (Coutinho, 2004, p. 32 *apud* Marcuschi, 2008, p. 85), incluindo o texto, no contexto das práticas discursivas (Adam, 2011).

1 Neste artigo, o termo Análise de Discurso, abreviada AD, refere-se ao tipo de análise praticada por Dominique Maingueneau, sendo distinto da chamada Análise do Discurso de linha francesa, com abreviação ADF (ou AD francesa). Mantemos, nas citações diretas, os empregos *do discurso* ou *de discurso*, como fidelidade ao modo como determinado autor se reportou a uma ou outra dessas abordagens. Todos os demais títulos de teorias ou abordagens teóricas estão grafados com letras iniciais maiúsculas, como é facultado no Novo Acordo Ortográfico, exceto em citações diretas.

A aproximação que a ATD faz da LT e da AD se destina a encontrar e construir uma teoria que dê conta, ao mesmo tempo, da análise linguística e discursiva dos textos, analisando e refletindo a materialidade textual em conjunto com as condições socioculturais e políticas em que o texto é construído e adquire sentido.

Essa articulação, de acordo com Coutinho (2004, p. 29 *apud* Marcuschi, 2008, p. 81), é uma forma de “reiterar a articulação entre o plano discursivo e textual.” A ligação entre os dois planos é reforçada por Marcuschi (op. cit.), que avalia o discurso como ‘objeto de dizer’, a própria enunciação e o texto o ‘objeto de figura’, caracterizando-o como configuracional e composicional.

Nesse estudo, o texto é considerado produto das relações culturais, sociais e históricas em que foi produzido, ou seja, se concretiza e ganha sentido dentro do seu contexto de produção, a partir da efetivação das práticas sociais.

Compreendendo essa vinculação, Cavalcante *et al.* (2010) consideram que a integração entre as abordagens textuais e discursivas, para os estudos da ATD, estão atreladas ao conceito de enunciação discursiva de Charaudeau e Mainueneau (2004, p. 193). Tais autores compreendem a enunciação e a divulgam na perspectiva da dimensão discursiva que atua “como acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas”.

O Esquema 3 de Adam (2011, p. 43) referenda a discussão acima, sobre o plano do texto integrado ao plano de discurso:

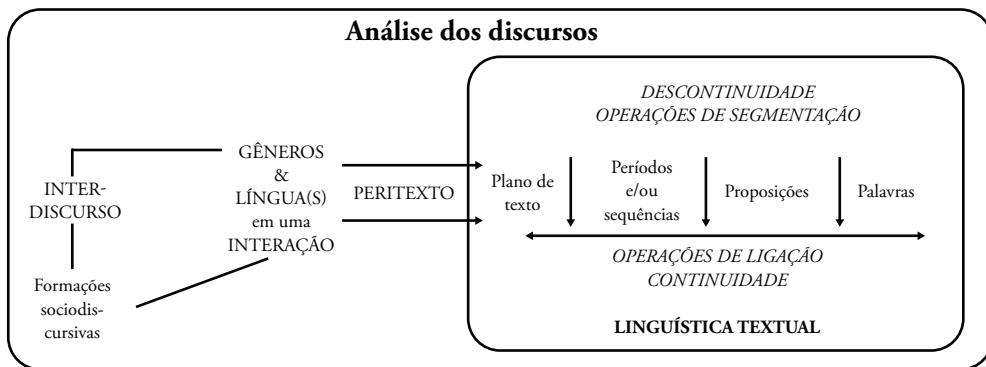


Figura 1. Esquema 3, determinações textuais ‘ascendentes’ e regulações ‘descendentes’.

Fonte: Adam (2011, p. 43).

A disposição em que se encontram os elementos do esquema representa a distribuição dos fenômenos linguístico-discursivos que auxiliam o analista

do texto e/ou do discurso na manipulação da construção da materialidade dos textos, é um quadro esquemático revelador dos campos de análise das práticas discursivas.

Do lado direito do esquema 3, encontram-se dispostos os elementos ascendentes, que pertencem à categoria da língua. São os que estão à disposição do falante para a construção e a compreensão de textos, uma vez que “regem os encaideamentos de proposições no sistema que constitui a unidade TEXTO” (Adam, 2011, p. 43). Do lado esquerdo do esquema, localizam-se os elementos que se encarregam de situar o texto no contexto das formações discursivas, ou seja, o que é dito pelo enunciador no seu texto/discurso aparece sob a forma de um gênero, em uma dada situação de interlocução, que presume um sujeito envolvido em uma atividade humana, em que o seu discurso dialoga com outros enunciados, pertencentes a outros lugares sociais. A união dos dois lados (esquerdo e direito) constitui a ATD, a qual passa a entender os elementos linguísticos e gramaticais do texto integrados aos fenômenos do campo discursivo.

Podemos perceber que a LT revela um grande interesse em dialogar com outras ciências, tornando-se “[...] multi e transdisciplinar, em que se busca compreender e explicar essa entidade multifacetada que é o texto – fruto de um processo extremamente complexo de interação e construção de conhecimento e de linguagem”. (Koch, 2002, p. 157).

A abordagem proposta por Adam (2011) revela que o texto e o discurso são pensados em um vínculo de proximidade que articula as novas categorias que elevam a LT ao quadro mais amplo da AD. Assim, o papel da LT neste cenário da AD é teorizar e descrever os encaideamentos dos enunciados que formam o texto em sua complexidade. Na definição, o autor articula a tríade: texto, gênero e discurso, construindo os campos de análises textuais e discursivas com categorias próprias que (re)definem os elementos para se estudar e refletir a materialidade textual.

Este é o grande salto teórico e metodológico dado por Adam para a perspectiva de análise textual-discursiva. Dentro dessa proposta, a LT vai se encarregar de “detalhar as ‘relações de interdependência’ que fazem de um texto uma ‘rede de determinações’” (Adam, 2011, p. 63).

Com base nessa discussão, o autor define a textualidade como um conjunto de operações capaz de levar o sujeito a considerar, na sua produção e/ou na compreensão de texto, que uma sucessão de enunciados forma um todo significativo porque se realiza em função da formação discursiva em que o texto se estabelece e ganha sentido. Foi pensando na complexidade do texto, enquanto objeto empírico, que Adam (2011) se propôs a descrevê-lo e a analisá-lo tendo em vista a teoria de conjunto.

A LT e a ATD se colocam como teorias que apresentam critérios, métodos e categorias de descrição que dão conta do plano global que o enunciado organiza. Esse enunciado é construído com base em uma ação de linguagem, que tem objetivos visados de acordo com o diálogo que o produtor de texto estabelece com o seu interlocutor, em uma situação sócio discursiva vivida pelo sujeito, diante das atividades que exerce socialmente. Fazendo o reposicionamento dos dois campos de estudo, fica a LT com a incumbência de dar conta do aporte teórico-metodológico das categorias propostas por essa nova área.

Adam (2011, p. 23), propositor dessa parceria teórica, reafirma que “a Linguística textual é (...) uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos” e “concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades como às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados”. (Ibidem, p. 63).

A LT, nesse sentido, se encarrega de organizar e detalhar cada operação ou cada nível proposto pela ATD para análise dos gêneros. Em Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), encontramos a conceituação e detalhamento sobre os principais níveis ou planos de texto que são propostos por Adam (2011):

- Um nível sequencial-composicional, em que as proposições enunciadas se organizam em períodos, depois em seqüências, desempenhando um papel fundamental, para formar um plano de texto;
- Um nível enunciativo, baseado na responsabilidade enunciativa (que são as vozes do texto, a polifonia);
- Um nível semântico, baseado na noção de representação discursiva e em noções conexas que são as anáforas, as correferências, as isotopias e colocações. Todas elas remetem ao nível semântico do texto. Fazem parte do conjunto de categorias da ATD que estão vinculadas “ao conteúdo referencial do texto”. (Rodrigues, Passeggi & Silva Neto, 2010, p. 152);
- Um nível argumentativo, em que se localizam os atos de discurso, que se realizam na ação verbal e orientam o texto argumentativamente.

São os níveis apresentados e descritos acima que formam o que Charau-deau (2009) designa de “competência discursiva”. Através dessa competência, os atos de linguagem funcionam e produzem sentido, estabelecendo vínculos sociais entre os parceiros do processo comunicativo, nos atos de ação e nos eventos que a linguagem permite atuar, por meio dos elementos linguístico-discursivos que estão a nossa disposição na língua.

No nível sequencial-composicional estão inseridos os elementos estruturantes do texto que se organizam sempre em uma ordem linear, para formar

o plano composicional-configuracional em períodos e sequências. Os demais níveis podem ou não serem descritos e analisados obedecendo a uma sequência linear do texto. Segundo os autores, “a explicitação da responsabilidade enunciativa e a construção de uma representação discursiva apresentam diversas características não lineares.” (Rodrigues, Passeggi & Silva Neto, 2010, p. 152). No tópico a seguir, trataremos especificamente da responsabilidade enunciativa.

2.2 A responsabilidade enunciativa em debate

Para Adam (2011), a responsabilidade enunciativa é entendida como uma das dimensões elementares da unidade textual mínima da ATD, a proposição-enunciada. Essa unidade textual pressupõe três dimensões complementares: a dimensão enunciativa, o conteúdo referencial e a potencialidade argumentativa. A responsabilidade enunciativa diz respeito à dimensão enunciativa e, segundo Adam (2011, p. 110), permite dar conta do “desdobramento polifônico” dos enunciados. Tal entendimento tem como princípio a afirmação de que toda proposição “é enunciada por um enunciador inseparável de um coenunciador” (Adam, 2011, p. 108), ou seja, toda proposição-enunciada pressupõe, no mínimo, dois enunciadores.

Passeggi *et al.* (2010, p. 299), autores que desenvolvem estudos no campo da ATD, nos dizem que a “responsabilidade enunciativa ou ponto de vista (PdV) consiste na assunção por determinadas entidades ou instâncias do conteúdo do que é enunciado, ou na atribuição de alguns enunciados ou PdV a certas instâncias”. Assim, entendemos que a responsabilidade enunciativa nos permite compreender como e quem se responsabiliza pelos PdV que são mobilizados na tessitura textual.

Rabatel (2009), em sua abordagem, também entende que todo enunciado pressupõe uma iminência que se responsabilize por seu conteúdo proposicional. O autor, porém, distingue o que seria *assunção* e *imputação* da responsabilidade enunciativa. Ele considera que a assunção da responsabilidade enunciativa diz respeito aos casos em que o primeiro locutor-enunciador (L1/E1) assume o conteúdo do ponto de vista (por ele abreviado PDV²). A assunção da responsabilidade enunciativa ocorre quando esse L1/E1 assume o conteúdo proposicional do enunciado por conta própria. No que diz respeito à imputação, Rabatel (2009) considera que, em virtude de fenômenos constitutivos da enunciação, como o dialogismo, é possível delegar a responsabilidade pelo PDV a enunciadores

2 Encontramos abreviações distintas para o termo *ponto de vista*: PdV na obra de Adam (2011); PDV no trabalho de Rabatel (2009) e pdv na ScaPoLine. Na seção teórica, mantemos a abreviação usada por cada autor, quando nos referirmos a eles, mas na análise empregamos a abreviação PdV, de Adam, sem com isso nos afastarmos de Rabatel.

segundos (e2). Nesse sentido, quando L1/E1 não assume a responsabilidade pelo enunciado e o atribui a um e2, estamos diante de um caso de imputação.

A imputação, porém, não dispensa que L1/E1 se engaje e expresse o seu posicionamento em um momento posterior, já que Rabatel (2009) entende que a imputação se trata de uma *responsabilidade limitada*, construída por um L1/E1 e atribuída a um e2. Conclui-se, então, que essa limitação da responsabilidade é temporária, porque, conforme esse autor nos aponta, ela não impede que L1/E1 demarque seu posicionamento em um momento posterior ao da enunciação.

A ideia de que a responsabilidade pode ser imputada a e2 também pode ser verificada em Adam (2011, p. 115), quando ele afirma que: “os enunciados podem, assim, não ser assumidos pelo locutor-narrador” e que a responsabilidade enunciativa se apoia em co(n)textos anteriores e posteriores. Portanto, embora haja imputação da responsabilidade enunciativa, é possível identificar o posicionamento de L1/E1 acerca do PdV atribuído a e2 por meio de marcas textuais e contextuais.

Ao discutir sobre as estratégias de mobilização da (não) assunção da responsabilidade enunciativa, Adam (2011) considera que ela pode ser marcada através de diferentes categorias linguísticas, quais sejam: *índices de pessoas, dêiticos espaciais e temporais, tempos verbais, modalidades, diferentes tipos de representação de fala, indicações de quadros mediadores, fenômenos de modalização autonímica e indicações de um suporte de percepções relatadas*. Ao se referir a essas categorias, Adam (2011) nos mostra que cada uma delas possui uma base teórica fundamental. Assim, entende-se que elas, nem sempre, pertencem a perspectivas teóricas de uma mesma abordagem. Para nossa análise, iremos trabalhar com as categorias das *modalidades* e das *indicações de quadros mediadores*, seguindo pressupostos discutidos por Guentchéva (1994) e retomados em Neves (2012), além das considerações de Castilho & Castilho (2002).

2.2.1 Marcadores da responsabilidade enunciativa: em foco as modalidades e as indicações de quadros mediadores

Adam (2011), ao apresentar as grandes categorias que expandem a descrição do *aparelho formal da enunciação* designado por Benveniste (1974), apresenta as *modalidades* e as *indicações de quadros mediadores* (o *mediativo*) entre as categorias marcadoras da responsabilidade enunciativa. Nesta seção, procuramos retomar algumas das fontes percorridas pelo autor e outras que são necessárias para um tratamento mais detalhado, porém não exaustivo, sobre ambos os fenômenos. Sobre as modalidades, ele discrimina da seguinte forma:

- Modalidades sintático-semânticas maiores:

- Téticas (asserção e negação)
- Hipotéticas (real) ou ficcional
- Hipertéticas (exclamação)
- Modalidades objetivas
- Modalidades intersubjetivas
- Modalidades subjetivas

Quanto aos tipos de unidades gramaticais ou marcas linguísticas que compõem a categoria das modalidades, o autor menciona o *advérbio*, o *grupo preposicional* e a *proposição subordinada*, levando em conta a distinção entre modalidades de enunciação (com incidência sobre o dizer) e as modalidade de enunciado (com incidência sobre o dito). (Adam, 2011, p. 118).

Neste artigo, retomamos o trabalho de Neves (2012), que, ao analisar as modalidades e o mediativo no texto jornalístico do início do século XIX (*Correio Braziliense* e *Gazeta de Lisboa*), faz um apanhado teórico bastante preciso dos principais estudos existentes sobre a modalidade, mas aqui nos pautamos no modelo enunciativo, por se relacionar mais diretamente com a filiação teórica da ATD. Conforme a autora, as três grandes disciplinas que recobrem os estudos sobre modalidade são, numa ordem cronológica, a Lógica, a Semiótica e a Linguística.

A teoria lógica das modalidades de Aristóteles (1985) se constitui como a primeira grande contribuição e base para os muitos estudos desenvolvidos sobre esse fenômeno. Neves (2012) mostra que provém desse autor a articulação da teoria das modalidades com seis valores: verdadeiro e falso; possível e impossível; necessário e contingente. O princípio da verdade e o destaque para a o valor da asserção é o que, segundo ela, fundamenta a concepção lógica aristotélica. O esquema abaixo, elaborado com base do trabalho de Valentim (2006), mostra a compreensão lógica das modalidades:

PROPOSIÇÕES ATRIBUTIVAS	PROPOSIÇÕES MODAIS	
<i>Afirma-se</i> a atribuição de um P a S	(1) Necessidade	É necessário que S seja P
	(2) Possibilidade	É possível que S seja P
<i>Nega-se</i> a atribuição de um P a S	(3) Impossibilidade	É impossível que S seja P
	(4) Contingência	É contingente que S seja P

Quadro 1

As duas colunas são representativas da distinção que Aristóteles faz entre proposições atributivas e proposições modais. Na primeira coluna, as proposições somente afirmam ou negam a atribuição de um predicado (P) a um sujeito (S); na segunda, têm-se os quatro modos pelos quais um predicado se une a um sujeito ou que determinam a composição de ambos (Valentim, 2006, p. 24).

Em todos os modos, observa-se a relação com valores de verdade: o tipo (1) é sempre verdadeiro; o tipo (2) pode ser verdadeiro ou falso; o tipo (3) é sempre falso; por fim, a contingência pode reunir verdade e falsidade para o mesmo sujeito. Valentim (2006) mostra que, mais tarde, as proposições modais definidas por Aristóteles são designadas como *aléticas*, em seguida *onticas*, e inspiraram diversos trabalhos, desde os filósofos medievais aos estudos linguísticos contemporâneos, desdobrando-se nas várias classificações que conhecemos hoje.

Charles Bally é outra referência de base, responsável por inspirar as teorias lógicas e linguísticas da modalidade e por postular bases para a teoria da enunciação. Conforme a discussão de Peixoto (2012, p. 02), Bally teria defendido que “a função lógica da modalidade é manifestar a reação do sujeito pensante a uma representação”. Além deste enfoque lógico, destacam-se também muitos outros (semântico, filosófico, semiótico, linguístico, enunciativo), encabeçados por autores diversos, entre eles Weinreich, Bernard Pottier, J. L. Austin, E. Benveniste, Culioli.

É consenso entre os autores que a modalidade é um fenômeno complexo, resistente a definições homogêneas e passível de ligação com vários outros fenômenos – por exemplo, com o mediativo, conforme mostraremos adiante. Em razão dessa diversidade de abordagens teóricas, é um fenômeno que vem sendo submetido a diferentes tipologias e também se ajusta a certa flutuação terminológica: ora *modalidade*, ora *modalização*³. (Neves, p. 2012).

É sob o desígnio da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, proposta por Culioli (1990), que se acha ligado o modelo enunciativo das modalidades. Assentada numa abordagem semântica, esse modelo compreende que a enunciação não se confunde com a situação de interlocução, pois “se considera que a construção enunciativa é um dinamismo operacional interno à língua – uma configuração complexa de parâmetros abstratos a partir dos quais se constrói o cálculo referencial de que resulta a construção do interno ao enunciado [...]”. Portanto, toma-se “como ponto de partida a atividade dupla subjacente à linguagem, que consiste na construção/reconstrução enunciativa”. (Neves, 2012, p. 59). Já o enunciado, sempre situado em um contexto e derivado de uma relação predicativa, trata-se de uma sequência com significação, ou seja, com valores

3 Utilizamos neste trabalho os dois termos como equivalentes.

referenciais construídos a partir de “categorias gramaticais marcadas nas formas e categorias linguísticas”. (Ibidem).

Assim, o ponto de vista da semântica enunciativa defendida por Culioli (1990) é o de que, ao construir a significação, o enunciador valida, ou não, as relações predicativas. Para o autor, a operação de modalidade diz respeito ao “ponto de vista do sujeito enunciador sobre aquilo que enuncia, assumindo o conhecimento construído ou se distanciando dele, dependendo do valor modal que lhe vai atribuir”. Em outras palavras, o enunciador pode assumir de diferentes formas e graus a relação predicativa subjacente ao anunciado. (Ibidem, p. 68). São quatro grupos considerados por Culioli (1971) para identificar as modalidades: (i) as modalidades da asserção (afirmação e negação) e da interrogação; (ii) as modalidades do certo/não certo, provável, necessário, possível; (iii) as modalidades que abrangem os valores apreciativos e afetivos; e (iv) as modalidades que expressam valores complexos que dependem da relação predicativa. (Cf. Neves, 2012, pp. 69-70).

Com base nessa classificação, Campos (2004) propõe uma tipologia que inclui três valores modais: epistêmico, deôntico e apreciativo. Adotando essa tipologia, Neves (2012) caracteriza tais valores, conforme segue abaixo:

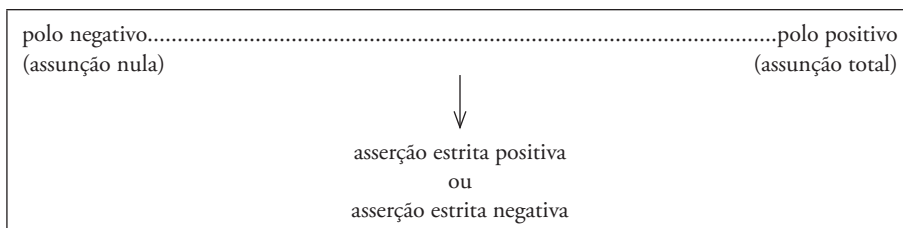
- Valor epistêmico: “corresponde à constatação de que um determinado estado de coisas É ou NÃO É”. Nesse caso, o enunciador valida/assume a relação predicativa, e faz isso em graus diferentes, pois essa validação está associada ao grau de conhecimento do sujeito enunciador em relação ao conteúdo proferido.
- Valor deôntico: “corresponde ao desejo de que um determinado estado de coisas SEJA ou NÃO SEJA”. Nesse tipo de valor modal, o enunciador apresenta como validável a relação predicativa.
- Valor apreciativo: “corresponde à apreciação sobre um estado de coisas como DESEJÁVEL ou INDESEJÁVEL”. Esse valor expressa *um juízo intelectual ou emotivo, positivo ou negativo*, do sujeito enunciador a respeito da relação predicativa validada/não validada em outra situação de enunciação. (Neves, 2012, pp. 70-71, grifos nossos).

A autora entende que as modalidades de valor epistêmico podem apresentar uma gradação que depende de expressões que “intensificam, ou não, o grau de certeza” (Neves, 2012, p. 82). Desse modo, ela mostra que há expressões de modalidade epistêmica de validação total, que expressam maior garantia de validação, e expressões de modalidade epistêmica de validação parcial, que caracterizam certo distanciamento.

Castilho & Castilho (2002) consideram que os modalizadores de valor epistêmico compreendem três subclasses: os asseverativos, os quase-asseverativos e os delimitadores. Com base nesses autores, relacionamos a modalidade epistêmica

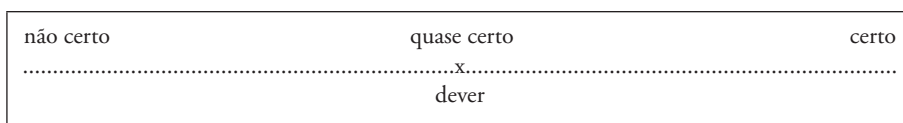
asseverativa à modalidade epistêmica de validação total, já que ambas designam afirmações ou negações que não dão margem a dúvidas. Já a modalidade epistêmica quase-asseverativa é relacionada à modalidade epistêmica de validação parcial e indica “que o falante considera o conteúdo de P quase certo, próximo à verdade” (Ibidem, p. 207). Os modalizadores epistêmicos delimitadores, porém, tratam-se da expressão de modalidade que estabelece limites dentro dos quais podemos considerar o conteúdo proposicional, conforme exemplificaremos na análise.

Neves (2012) considera ainda que o valor epistêmico permite construir todos os outros valores modais e por isso o destaca em relação aos demais. Segundo ela, os valores modais epistêmicos se situam numa escala caracterizada por dois polos: negativo (assunção nula, dada a ausência de conhecimento que permita assumir, total ou em parte, a validação, ou não, da relação predicativa) e positivo (assunção total da relação predicativa construída), conforme demonstrado abaixo:



Quadro 2. Escala dos valores modais (polos da asserção) (Fonte: Neves, 2012, p. 74)

Tais valores se situam, também, nos domínios do *não certo*, do *quase certo* e do *certo*, o que pode ser demonstrado com construções com o verbo *dever*, como em (2).



Quadro 3. Escala dos valores modais (domínio do quase certo) (Fonte: Neves, 2012, p. 75)

Em consonância com o quadro teórico aqui apresentado, levamos em conta que, a depender do valor modal que se queira atribuir, o locutor-enunciador, ou sujeito da enunciação, assinala a assunção ou não assunção da responsabilidade pelo PdV proferido; portanto, ele expressa o seu grau de comprometimento com a relação predicativa construída.

Sobre as *indicações de quadros mediadores*, voltemos a Adam (2011, p. 117), que diz tratar-se de:

marcadores como *segundo, de acordo com e para*; Modalização por um tempo verbal como o futuro do pretérito; escolha de um verbo de atribuição de fala como *afirmam, parece*; reformulações do tipo *é, de fato, na verdade, e mesmo em todo caso*; oposição do tipo *alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos(dizemos) que Y* etc. [grifos do autor].

Desse modo, a categoria denominada como mediativo se acha ancorada também em uma abordagem enunciativa, precisamente no trabalho de Slakta Guentchèva (1994), e corresponde ao que Authier-Revuz (2004) designada como *modalização em discurso segundo*.

De acordo com Guentchèva (1994), trata-se de uma categoria com marcas gramaticais existentes em numerosas línguas que permitem ao enunciador “significar os diferentes graus de distância que ele toma com respeito às situações descritas, já que ele as distinguiu de maneira mediada”⁴. Em outras palavras, são marcas que permitem o enunciador assinalar que ele não é a fonte primeira da informação, porque os fatos foram relatados por terceiros/pela tradição, ou porque foram inferidos, ou ainda porque se constituem como o resultado de admiração/espanto/surpresa.

No mediativo, ocorre uma ruptura da situação mediatizada (Sit_M) com a situação de enunciação de origem (Sit_O), pois ambas se mostram independentes. Guentchèva (1994) afirma que “toda ocorrência de um enunciado mediativo introduz necessariamente uma situação de enunciação mediada Sit_M que está em ruptura em relação à situação de enunciação Sit_O”⁵ (situação enunciativa de origem). A autora afirma ainda que nem todas as línguas apresentam marcas morfológicas para expressar o mediativo, por exemplo, o francês e o português, mas há outras em que se exige do locutor marcar formalmente o grau de envolvimento com a informação relatada.

Nesse quadro teórico, é possível considerar uma interação entre a modalidade epistêmica e o mediativo. Após examinar as formas do mediativo nos tempos verbais do francês, Guentchèva (1994, p. 22), ao final de sua reflexão, assume que “para tratar corretamente o problema, seria preciso delimitar bem as fronteiras, por um lado, entre as modalidades deónticas e as modalidades epistêmicas e, por

4 [...] qui permettent à l'énonciateur de signifier les différents degrés de distance qu'il prend à l'égard des situations décrites puisqu'il les a perçues de façon médiante. (Guentchèva, 1994, p. 08).

5 L'hypothèse que nous avançons ici est la suivante: toute occurrence d'un énoncé médiatif introduit nécessairement une situation d'énonciation médiatisée Sit_M qui est en rupture par rapport à la d'énonciation Sit_O. (Guentchèva, 1994, p. 11)

outro lado, delimitar melhor o espaço para ver se os fatos que pertencem realmente à categoria do MED fazem parte dele e, se sim, onde os fatos se acham situados”⁶.

Neves (2012, p. 79) retoma essa problemática e assume que a *expressão do mediativo integra a modalidade epistêmica*. Assim, em seu estudo, o mediativo é considerado uma subcategoria da modalidade. Em suas palavras: “o mediativo tem a ver com a modalidade epistêmica, porque se relaciona com a forma como o enunciador se posiciona em relação ao conhecimento construído. Distancia-se ou assume a validação.” Segundo ela, o que está em jogo não é o valor de verdade (verdadeiro/falso) da relação predicativa validada e sim a codificação da fonte da informação (mediativo) e a codificação do comprometimento do falante em relação à informação proferida (modalidade).

Para a análise da responsabilidade enunciativa no texto acadêmico-científico, nossa interpretação do valor mediativo apoia-se no trabalho de Guentchéva (1994), mostrando-se aberta a uma interação com a categoria da modalidade epistêmica (Neves, 2012), uma vez que ambas nos permitem examinar o grau de conhecimento expresso pelo enunciador e sobre a fonte de onde provém o conhecimento.

3 ANÁLISE DO *CORPUS*: MARCADORES DA MODALIDADE E DO MEDIATIVO EM TEXTO ACADÊMICO

Conforme os objetivos propostos para este trabalho, esta seção dedica-se ao exame dos valores modais e do mediativo enquanto marcadores de responsabilidade enunciativa em seções teóricas de monografias de conclusão de curso de Letras. Os fragmentos dispostos abaixo são representativos da análise feita e sobre eles lançamos nosso olhar interpretativo.

(01) Gregolin (2000), **assevera** que Pêcheux teria tomado emprestado o sintagma FD da A arqueologia de Saber de Foucault, para que a luz do materialismo histórico, configurá-la e assim relacioná-la com o conceito **althusseriano** de ideologia, daí surge a hipótese da “paternidade partilhada” para o conceito de FD.

O conceito de FD em Pêcheux, segundo Gregolin (2007), aparece pela primeira vez no seu artigo “Semântica e Discurso” propondo uma teoria materialista do discurso, acrescentando, ainda, que os processos discursivos desenvolvem sobre

6 [...] pour traiter correctement le problème, il faudrait bien délimiter les frontières d’une part entre les modalités déontiques et les modalités épistémiques et, d’autre part, mieux cerner l’espace épistémique pour voir si les faits qui relèvent réellement de la catégorie du MÉD en font partie et si oui, où exactement les faits se situent. (Guentchéva, 1994, p. 22)

uma base lingüística e, ao mesmo tempo, se inscrevem numa relação ideológica de classe fundada pela contradição. (M02, p. 23)

No exemplo em destaque percebemos eco e recorrência de várias vozes na materialidade textual. A princípio, temos a voz de Gregolin (2000) que se expressa acerca da origem do conceito de formação discursiva, afirmando que Pêcheux tomou o termo emprestado de Foucault e o relacionou ao conceito de ideologia na perspectiva de Althusser. Essa cadeia polifônica é manifestada através de diferentes marcadores de modalidade. Observamos que L1/E1 inicia seu discurso com o PdV de Gregolin (2000) de que o conceito de *formação discursiva* possui uma *paternidade partilhada*. Percebemos que L1/E1 traz à tona a concepção de Pêcheux através do PdV de Gregolin (2000). A princípio, L1/E1 faz uso do verbo de atribuição de fala, *assevera*, para indicar que o conteúdo citado é atribuído a Gregolin (2000). Na sequência, L1/E1 utiliza a marca *segundo*, indicando não ser ele a fonte do saber e atribui mais uma vez o PdV a Gregolin (2000). Nossa análise nos permite perceber, então, que a responsabilidade enunciativa foi imputada a um e2.

Além disso, também observamos a presença de modalizadores de valor epistêmico. Na acepção de Neves (2012), esse tipo de modalidade é definido como modalização de validação total e, na conceituação de Castilho & Castilho (2002), esse tipo de modalidade é definido como modalização epistêmica asseverativa. Os termos, em nosso entendimento, são equivalentes, uma vez que dizem respeito a modalidades que expressam ampla garantia da validade do enunciado mobilizado. O modalizador *assevera*, além de atuar como marcador do mediativo – haja vista ser um verbo de atribuição de fala – atua como modalizador, na medida em que expressa uma avaliação acerca do posicionamento de e2 com relação à origem do conceito de *formação discursiva*. Em outras palavras, entendemos que L1/E1 avalia que o posicionamento de Gregolin (2000), acerca da origem do conceito de formação discursiva, é afirmado com alto grau de certeza.

Conforme mencionamos, no exemplo em destaque, os PdV de vários pesquisadores são evocados para discussão do que está em pauta. Além da voz de Gregolin (2000), o eco das vozes de Pêcheux, Foucault e Althusser também estão presentes na enunciação. Apesar desse coletivo de vozes, o modalizador *assevera* concerne apenas as palavras que L1/E1 cita de Gregolin (2000) e sua avaliação recai apenas sobre o PdV desta autora. Desse modo, não podemos identificar uma posição direta de L1/E1 acerca da constituição do conceito de formação discursiva, mas é possível afirmar que o posicionamento de Gregolin (2000) foi apresentado por esse locutor-enunciador como um PdV asseverativo e, por essa razão, podemos compreender que há adesão por parte do L1/E1 ao PdV do e2.

Além da modalização epistêmica de validação total, outro valor modal epistêmico identificado se apresenta por meio do *conceito althusseriano*. A expressão da modalidade em questão se trata de uma modalização epistêmica delimitadora, definida por Castilho & Castilho (2002, p. 207) como modalidades que “estabelecem os limites dentro dos quais se deve encarar o conteúdo de P”. Nesse sentido, quando L1/E1 informa que Pêcheux relacionou o termo formação discursiva com o conceito *althusseriano* de ideologia, ele está dizendo que o conceito de ideologia adotado diz respeito àquele teorizado por Althusser. Desse modo, são estabelecidos limites que delimitam a forma de compreender um determinado conceito e é direcionada uma perspectiva para essa compreensão. Os modalizadores epistêmicos delimitadores indicam que o valor de verdade de determinados PdV estão na dependência e podem variar de acordo com sua fonte (entidade ou instância).

(02) Para a Análise do Discurso, portanto, **deve-se** extrapolar os limites do texto, sendo, necessário, para tanto, estudar várias questões exteriores ao texto, afinal, **segundo** Pêcheux (1969 apud ORLANDI 2006, p. 14), o discurso mais do que transmissão de informação é efeito de sentidos entre interlocutores. (M3, p. 16)

No exemplo acima, destacamos o marcador do mediativo *para*, que funciona de forma a permitir L1/E1 trazer o PdV de um e2, o que, consequentemente, acarreta a imputação do conteúdo desse PdV. Um ponto importante a se destacar é o e2 ao qual o L1/E1 recorre. Podemos perceber claramente nesse excerto que não se trata de um autor específico da área em questão, mas sim, de um campo de estudos teóricos, ou seja, o campo da *Análise do Discurso*, no caso a ADF. Dessa forma, L1/E1 está imputando a responsabilidade para os estudos que integram o campo de uma corrente teórica, o que é perfeitamente possível, já que consideramos aqui os estudos de Passeggi *et al.* (2010), que entendem que a responsabilidade enunciativa conceitua-se como a “assunção por determinadas entidades ou instâncias do conteúdo do que é enunciado, ou na atribuição de alguns enunciados ou PdV a certas instâncias.” (Passeggi *et al.*, 2010, p. 299). Assim, associamos o caso analisado à atribuição de PdV à corrente teórica da ADF, ou seja, a uma instância.

Nota-se, ainda, após o marcador do mediativo, que L1/E1 faz uso de uma modalização deontica, ou seja, uma modalização cujo valor diz respeito ao grau de imperativividade da proposição-enunciada. Ao fazer uso do modalizador *deve-se*, L1/E1 explicita que é imprescindível *Para a Análise do Discurso extrapolar os limites do texto*. Nesse sentido, entende-se que *extrapolar os limites do texto* é algo indispensável para o campo teórico a partir do qual L1/E1 está realizando

sua discussão, ou seja, para realizar pesquisas no campo da ADF, é necessário que se cumpra esse pressuposto de modo que também sejam estudadas as *várias questões exteriores ao texto*. O uso desse modalizador, portanto, indica que L1/E1, amparado nos vários estudos que compõem o quadro teórico da ADF, considera necessário, ou seja, imprescindível, estudar o texto em sua exterioridade.

Percebemos, através do co(n)texto, que L1/E1 não expõe um PdV pessoal. O que ocorre é que, logo após apresentar o PdV da ADF, L1/E1 faz uso de mais um marcador do mediativo (*segundo*), trazendo mais um PdV, o PdV de Pêcheux (1969 *apud* ORLANDI 2006, p. 14), de forma a criar um diálogo com o PdV já citado anteriormente. Nesse sentido, entendemos que, além de demarcar os enunciadores responsáveis pelo conteúdo dos PdV, e de marcar, através da modalização deôntica, a maneira pela qual devemos realizar estudos no campo da ADF, L1/E1 procura criar um diálogo entre o que pressupõe essa corrente e o que diz um de seus principais expoentes, Michel Pêcheux, na tentativa de legitimar o conteúdo que está sendo discutido.

Nessa perspectiva, percebe-se que, embora L1/E1 não assuma o conteúdo das proposições-enunciadas, ou seja, não assuma a responsabilidade enunciativa, ele expressa um engajamento favorável a esses PdV na medida em que os considera pertinentes para o seu trabalho. É possível ter essa compreensão se ponderarmos que L1/E1 se expressa e se engaja sobre os PdV, atribuindo valores de imprescindibilidade e recorrendo à vozes de instâncias e enunciadores que se configuram como fontes confiáveis acerca do que ele se propõe a discutir. Podemos confirmar essa informação ao observarmos, na seção introdutória da monografia, que L1/E1 afirma que se baseará nas “teorias e pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa cujos representantes principais são Foucault e Pêcheux” (M03, p 12), ou seja, ele indica de maneira clara, logo no início do seu trabalho, que buscará apoio teórico nas fontes mobilizadas no fragmento destacado acima. Portanto, L1/E1 não assume a responsabilidade enunciativa dos dizeres, mas marca sua adesão a esses PdV, informa que se apoia teoricamente neles e demonstra que esses pressupostos são necessários para a construção teórico-metodológica de sua monografia.

(03) Ainda **segundo** Bauman (2005, p.35), “as identidades ganham livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas”. Em decorrência desse trecho, **é possível considerar** que a identidade é determinada pelas regulamentações do discurso, não sendo mais criada por um sistema de imposição. Ao longo da história, a identidade está fadada ao desaparecimento ou reformulação em benefício de outras. (M06, p. 43)

O fragmento em evidência foi destacado de um uma monografia que se propôs “a analisar o discurso presente em charges virtuais sobre o Brasil como sede da copa de 2014” (M06, p. 17). No excerto, observamos a presença de marcadores do mediativo e de modalidade quando L1/E1 faz referência ao discurso de Bauman (2005, p. 35), pesquisador que atua na área de estudos culturais sobre identidade. Podemos observar que o PdV do pesquisador citado é introduzido por intermédio do marcador de mediativo *segundo*. O uso desse marcador sugere que L1/E1 deseja indicar que não é a fonte primeira da informação veiculada, ou seja, ele não é a fonte das discussões acerca do conceito de identidade. Procurando manter distanciamento, L1/E1 atribui as informações mobilizadas à fonte na qual buscou respaldo teórico, Bauman (2005, p. 35).

Conforme nos mostra Rabatel (2009), embora L1/E1 tente manter sua neutralidade ao fazer recorrência a um PdV alheio, ele marcará, mais cedo ou mais tarde, o seu engajamento acerca desse PdV. No exemplo em análise, o engajamento é expresso no momento em que comenta o trecho citado através da expressão da modalidade epistêmica *é possível considerar*. De acordo com a caracterização de Neves (2012), esse tipo de modalização é epistêmica de validação parcial, ou seja, diz respeito às modalizações que expressam menor garantia da validade da relação predicativa. Nesse sentido, inferimos que L1/E1 avalia o PdV citado como uma possibilidade epistêmica, haja vista que ele afirma ser *possível considerar* que a identidade é determinada por regulamentações do discurso. Podemos interpretar, portanto, que na concepção de L1/E1, o PdV de Bauman (2005, p. 35) é apenas uma entre as possibilidades de compreensão.

A modalização epistêmica de validação parcial também pode ser entendida como correspondente à modalização epistêmica quase-asseverativa, na acepção de Castilho & Castilho (2002). Esses autores entendem que essa modalização designa “uma baixa adesão do falante com respeito ao conteúdo do que está sendo verbalizado” (Castilho & Castilho, 2002, p. 207), ou seja, L1/E1 não assume a responsabilidade do PdV citado, o que já foi observado através do marcador do mediativo *segundo*. Além disso, também é observável uma baixa adesão a esse PdV, já que L1/E1 o coloca no eixo da possibilidade. Essa percepção nos autoriza a entender que L1/E1 considera o PdV de Bauman (2005, p. 35) como uma possibilidade devido às diferentes acepções existentes para o termo *identidade*, cuja conceituação parece ser ampla e passível de diferentes concepções.

O exemplo em destaque ilustra, portanto, um caso de não assunção da responsabilidade enunciativa. Isso pode ser observado através da mediação que delimita a fonte do PdV e da modalização epistêmica de validação parcial que indica baixa adesão de L1/E1 aos dizeres de e2. No caso do fragmento em análise, observamos que L1/E1 mantém a validade do dizer como uma possibilidade epistêmica.

Nesse sentido, é possível entender que L1/E1 não se engaja totalmente, pois reconhece a existência de outras perspectivas nas quais o mesmo termo pode ser conceituado, apresentando e se expressando apenas sobre uma dessas possibilidades.

(04) Marcuschi (2007, p.32) **diz que** "todos os textos se manifestam sempre num ou noutro gênero textual, um maior conhecimento do funcionamento dos gêneros textuais é importante tanto para a produção quanto para compreensão". **Não dá pra negar** que o papel que os gêneros textuais exercem no campo de ensino **é de suma relevância** e têm, apesar de tudo, tido resultados **consideráveis** seja para o ensino da língua materna seja para o ensino de línguas estrangeiras. (M09, p. 22)

O fragmento acima foi destacado da seção de discussão teórica de uma monografia que discutia sobre gêneros textuais e ensino de língua inglesa. O interesse pela discussão dessa temática é explícito pelo autor do texto quando ele afirma que o capítulo teórico "foi desenvolvido no intuito de destacar as especificidades das teorias dos gêneros textuais, no qual exploramos os conceitos, dando ênfase principalmente à funcionalidade dos gêneros textuais (...) e o ensino de língua inglesa." (M09, p. 11). No exemplo, destacamos marcadores que indicam uma situação de enunciação mediada pelo uso de verbos de atribuição de fala e por expressões de modalidades de valor epistêmico e apreciativo.

Ao citar Marcuschi (2007, p. 32) por meio de discurso direto, o autor faz uso do marcador do mediativo *diz que*. Esse marcador se configura como um verbo de atribuição de fala e, conforme nos aponta Adam (2011), atua como um indicador de quadros mediadores. O conteúdo citado que dá sequência ao marcador é atribuído a um e2, ou seja, a Marcuschi (2007, p. 32). A porção do texto referente ao discurso atribuído a e2, portanto, não é assumido pelo L1/E1, que demarca, através do verbo de atribuição de fala e de aspas, os limites entre sua enunciação e a enunciação de e2. Essa atribuição, contudo, não anula L1/E1 de expressar sua apreciação acerca do PdV mobilizado e, logo após a citação, percebemos um segmento no texto em que ele se expressa acerca do discurso citado.

Ao se expressar sobre o papel que os gêneros textuais exercem no campo de ensino, L1/E1 informa que *não dá pra negar* a relevância que eles desempenham quando aplicados ao ensino de línguas. A expressão em destaque configura-se como uma modalização epistêmica, haja vista que expressa uma opinião acerca do valor de verdade do conteúdo discutido. Entendemos, pois, que se trata de uma modalização epistêmica de validação total, expressando ampla garantia do valor de verdade da proposição-enunciada e assinalando o engajamento e a assunção de L1/E1 em relação a esse PdV.

Além da modalização epistêmica, L1/E1 também faz uso de modalizações apreciativas: *é de suma relevância e consideráveis*. Essas modalizações aparecem quando L1/E1 se expressa dizendo que *não dá pra negar* que o papel dos gêneros no ensino de línguas *é de suma relevância* e tem resultados *consideráveis*, ou seja, elas aparecem na mesma proposição-enunciada introduzida pela modalização epistêmica. Percebemos que essas modalizações expressam um juízo de valor que diz respeito a “um fato, ou estado de coisas que é do conhecimento dos participantes da enunciação” (Neves, 2012, p. 71). Neves (2012) aponta que a validação da relação predicativa nas modalizações apreciativas é construída num momento distinto ao momento da enunciação e, nesse sentido, esse conhecimento pré-construído é assumido por L1/E1, que, embora tenha realizado esse juízo de valor em outro momento, o expressa no momento da enunciação.

Dessa maneira, embora L1/E1 tenha atribuído alguns pressupostos das teorias de gêneros textuais a e2, ele concorda, se engaja com os dizeres imputados e expõe um PdV próprio, em que assume a responsabilidade enunciativa. Isso se confirma ao observarmos a presença de uma modalização epistêmica de validação total, que indica o engajamento e assunção de L1/E1 em relação ao dizer, e as modalizações apreciativas, que expõem o juízo valorativo de L1/E1 acerca do conteúdo que está sendo discutido. Notamos, portanto, que há assunção do PdV de Marcuschi (2007, p. 32) através de marcas co(n)textuais expressas em seções anteriores do texto e por modalidades que exibem valores sobre o que é construído linguisticamente e também acerca do conteúdo pré-construído.

4 CONCLUSÕES

Na seção anterior, identificamos diversas marcas das *indicações de quadros mediadores* e de expressões de *modalidades* nas seções teóricas das monografias analisadas. Observamos que os autores das monografias fazem uso de diferentes recursos linguísticos para delimitar os PdV mobilizados, indicando a quem eles pertencem e para expressar diferentes graus de engajamento em relação a esses PdV. Nossa análise das estratégias de materialização da (não) assunção da responsabilidade enunciativa mostra que os L1/E1 costumam manter seu discurso na dependência do discurso de outros pesquisadores e de campos do saber, que são os e2, e, em menor frequência, expressam PdV próprios.

Ao expressar valores mediativos, o locutor-enunciador do texto monográfico codifica *as fontes* dos pontos de vista mobilizados em seu texto, demonstrando distanciamento em relação às informações relatadas, já que não assume a responsabilidade pelo seu conteúdo. Nesse caso, os PdV foram obtidos por meio do que Guentchéva (1994) denomina de *fatos relatados*, aqui especificamente como o

resultado da reformulação das palavras de outrem (autores, abordagens teóricas, teorias etc.). Ocorre, segundo a autora, uma ruptura enunciativa entre os dois atos de enunciação: a situação de enunciação de origem (Sit_M) e a enunciação de enunciação mediada (Sit_o). Tendo em vista o quadro teórico que seguimos sobre o valor do MED e, como dão prova os excertos extraídos do *corpus*, “o enunciador não assume a responsabilidade pelo conteúdo do que ele enuncia, estabelecendo uma distância entre ele e os fatos relatados” (Guentchéva, 1994, p. 13).

Ao expressar valores modais, o locutor-enunciador codifica o seu grau de *comprometimento* em relação às informações, assumindo, total ou parcialmente, a responsabilidade enunciativa. Diferente do mediativo, a expressão da modalidade garante ao L1/E1 uma tomada de posição em relação à verdade, à certeza (domínio do certo) pelos PdV relatados, manifestando, pois, sua adesão (favorável ou não).

Essas duas categorias se articulam na medida em que permitem, por um lado, identificar a fonte do PdV mobilizado na tessitura textual (através do mediativo) e, por outro, identificar o comprometimento dos L1/E1 acerca desse mesmo PdV (através da modalização). Diante do que cada categoria pode nos indicar, consideramos que a combinação de ambas contribui de maneira significativa para os estudos sobre as formas da (não) assunção da responsabilidade enunciativa, pois elas possibilitam a demarcação das fontes e atitudes expressas acerca dos conteúdos proposicionais mobilizados.

Além disso, ao indicar as fontes dos PdV, observamos que o mediativo interage com a modalidade epistêmica, uma vez que a atribuição de um PdV a uma fonte do saber também pode revelar certo distanciamento, ou, a depender da circunstância, proximidade, por parte de L1/E1 ao enunciado atribuído a e2. No entanto, embora certos marcadores do mediativo possam aparecer também sobre forma de marcadores de modalidade (como o exemplo do verbo *assevera* encontrado no *corpus*), observamos que alguns marcadores do mediativo não expressam obrigatoriamente valores modais (como no caso do marcador *diz que*, também encontrado no *corpus*). Portanto, entendemos que a codificação da fonte do saber aparece sob diferentes marcas que nem sempre podem ser encaradas como modalizações.

Os resultados da análise nos conduzem a uma reflexão sobre as possibilidades de interação entre o mediativo e o valor modal epistêmico, uma vez que, como mostram os excertos analisados, os valores mediativos expressos pelo locutor-enunciador se relacionam com os domínios do *não certo* (não assunção ou assunção parcial) e do *distanciamento enunciativo* (não assunção), que são características do valor modal epistêmico (Neves, 2012). Nesse sentido, este trabalho se

7 [...] l'enonciateur n'assume pas la responsabilité du contenu de ce qu'il énonce en établissant une distance entre lui et les faits rapportés.

mostra como uma proposta de reflexão que pode ainda ser bastante debatida, de modo a estabelecer o lugar do mediativo e do valor modal epistêmico enquanto marcadores da reponsabilidade enunciativa.

Destacamos ainda que, além do valor epistêmico, outros valores modais também foram identificados nos textos analisados. Expressões de modalização deontica e apreciativa, que surgem na interação entre os discursos de L1/E1 e de e2, revelam, respectivamente, o desejo do L1/E1 de agir sobre o coenunciador e o seu juízo valorativo acerca do PdV mobilizado. Essas ocorrências também se mostram como marcadores e funcionam como estratégias que indicam a assunção e/ou imputação da responsabilidade enunciativa.

Este trabalho nos permitiu identificar, descrever e analisar algumas das maneiras pelas quais o L1/E1 atribui a responsabilidade dos enunciados a e2 e mostra seu engajamento. Destacamos a pertinência de nossa discussão na medida em que pudemos fazer uma interface entre as categorias *mediativo* e *modalização*. Por se tratar de duas categorias complexas, destacamos também a necessidade de uma continuidade de estudos que se proponham a investigar de maneira aprofundada a interação entre ambas, sobretudo porque, no âmbito da ATD, elas aparecem listadas no conjunto de categorias que materializam o mesmo fenômeno: a responsabilidade enunciativa. Além disso, é importante colocar em relevo a necessidade de exploração de outras categorias da responsabilidade enunciativa de modo articulado, para que possamos obter novas reflexões que tenham efeitos sobre o desenvolvimento e divulgação dos postulados teóricos da ATD.

REFERÊNCIAS

Adam, JM. 2011. A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes das S. Neto. 2. Ed. São Paulo: Cortes.

Aristóteles. 1985. Organon. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores.

Authier-Revuz J. 2004. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPICURS. pp. 11-80.

Benveniste E. 1974. Problèmes de linguistique générale. II. Paris: Gallimard.

Campos, MHC. 2004. A modalidade apreciativa: uma questão teórica. In: Oliveira F, Duarte IM (Org.). *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das letras. 265-281.

Castilho AT, Castilho CMM. 2002. Advérbios modalizadores. In: Ilari R (Org). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP. pp. 199-247.

Cavalcante MM, Pinheiro CL, Lins MPP, Lima G. 2010. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. São Paulo: Cortez.

Charaudeau P. 2009. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto.

Charaudeau P, Maingueneau D. 2004. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.

Culioli A. 1971. Rubriques de linguistique de l'Encyclopédie Alpha. Paris: Grange-Batelière.

Culioli A. 1990. *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations. Tome 1*, Paris: Ophrys.

Fernandes ESS. 2012. A (não) assunção da responsabilidade enunciativa no gênero acadêmico artigo científico produzido por alunos do curso de Letras. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 201f.

Fløttum K. 2009. Academic voices in the research article. In: Suomela-Salmi E, Dervin F (Org). *Cross-linguistic and cross-cultural perspectives on academic discourse*. Amsterdam: John Benjamins B. V. pp. 109-122.

Fløttum K, Dahl T, Kinn T. 2006. *Academic voices: across languages and disciplines*. Amsterdam: John Benjamins B. V.

Guentchéva S. 1994. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. *Langue Française 102: les sources du savoir*. Louvain. Paris: Peeters. pp. 8-23.

Koch IGV. 2011. *Desvendando o segredo do texto*. 7 ed. São Paulo: Cortez.

Marcuschi LA. 2008. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial.

Matencio MLM. 1997. Atividades de re (textualização) em praticas acadêmicas: um estudo do resumo. *SCRIPTA*, Belo Horizonte. pp. 109-122.

Neves JSB. 2012. Corre voz no jornalismo do início do século XIX: estudo semântico-enunciativo do Correio Braziliense e da Gazeta de Lisboa. Jundiaí, Pacto Editorial.

Passeggi L *et al.* 2010. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: Bentes AC, Leite MQ (Org.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama de pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez. pp. 262-312.

Peixoto CM. 2012. Modalidade e estratégias argumentativas em artigos de opinião no Brasil e em Portugal. *Revista InterteXto*, v. 5, n. 2. pp. 1-19. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/intertexto/article/download/318/378>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

Rabatel A. 2009. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilitée... *Langue Française – La notion de prise en charge em linguistique*, n. 162, pp. 23-27.

Rabatel A. 2010. Schémas, techniques argumentatives de justification et figures de l'auteur (théoricien et/ou vulgarisateur), *Revue d'anthropologie des connaissances*. pp. 505-525.

Rodrigues MGS. 2003. A continuidade de sentido em relatórios produzidos por concluintes de Letras. In: Silva CR, Christiano MEA, Castro OM (Org.). *Da gramática ao texto*. João Pessoa: Idéia. pp. 57-80.

Rodrigues MGS, Passeggi L, Silva Neto JG. 2010. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso polêmico de renúncia. In: Rodrigues MGS, Passeggi L, Silva Neto JG (Orgs.). *Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 150-195.

Rodrigues MGS. 2009. Gêneros discursivos acadêmicos: de quem é a voz? In: II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2. Portugal. *Anais eletrônicos...Portugal: Universidade de Évora. Trabalho Completo*. Disponível em: <http://www.simelp2009.uevora.pt/slgs/slg26.html>. Acesso em: 01 out. 2013.

Valentim ET. 2006. Elementos para uma epistemologia da modalidade. In: XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 23-32. Disponível em: <http://www.apl.org.pt/docs/21-textos-selecionados/03_Valentim.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2014.

Recebido em: 15/11/13

Aprovado em: 03/04/14

Balbino CAD, Carvalho JLQ, Queiroz ME, Bernardino RAS. Limites e articulações entre as modalidades e o mediativo como marcadores da responsabilidade enunciativa em texto acadêmico